

A INFLUÊNCIA DAS REVOLTAS LIBERAIS NO CARIRI CEARENSE E A “SEDIÇÃO DE PINTO MADEIRA”

Maria Jorge dos Santos Leite
Doutora em Educação Brasileira - UFC
Profª do Instituto Federal do Sertão Pernambucano- Campus Salgueiro
e-mail: mariajorge.santosleite@yahoo.com.br

Introdução

Desde o século XVIII que os ideais de liberdade se fizeram presentes em movimentos populares e burgueses organizados em diversos países. Como desdobramento histórico da conceituação de liberdade surge o liberalismo, definido como um conjunto de princípios e teorias que apresentam como ponto principal a defesa da liberdade política e econômica. No Brasil, o pensamento liberal se desenvolveu no século XIX tomando como base o modelo europeu, este servindo de referência constante aos liberais brasileiros, os quais examinam e modificam esse modelo a partir de sua experiência e de seu projeto (FERRAZ, 1996).

Durante o século XIX aconteceram no Brasil diversos movimentos revolucionários de cunho separatista e liberal. A capitania¹ de Pernambuco, devido a sua importância histórica e econômica, protagonizou movimentos liberais importantes como a Revolução de 1817, a Confederação do Equador e a Revolução Praieira.

No início daquele século, a capitania do Ceará recebia muita influência da capitania de Pernambuco da qual tinha sido subordinada até 1799. Não obstante, o Ceará estava ligado ao Pernambuco por fortes relações comerciais e familiares. É nesse contexto que o Cariri cearense, que na época recebia mais influência de Recife que de Fortaleza, apropria-se dos

¹As capitanias brasileiras tornaram-se províncias em 28 de fevereiro de 1821, um pouco mais de um ano antes da declaração de independência, no dia em que D. João VI jurou obedecer as leis portuguesas.

ideais que moveram as revoltas liberais pernambucanas. No Cariri, esses ideais se manifestam intensamente através da elite cratense fazendo surgir movimento liberal republicano que culminou com a “Sedição de Pinto Madeira”, em 1832, revolta essa que envolveu os republicanos de Crato e os monarquistas de Jardim, em batalhas sangrentas nas duas vilas.

O Cariri no contexto das revoluções liberais

A região do Cariri, no sul do Ceará, se destacou das demais localidades interioranas e afastadas do litoral por apresentar uma vegetação verde, com fontes de águas cristalinas, onde nasceram importantes núcleos populacionais, entre eles os que formaram as cidades de Crato e Jardim, ambas distantes da capital, Fortaleza, mais de quinhentos quilômetros e bastante próximas do estado de Pernambuco.

A atividade desenvolvida nessa região, durante o século XIX, era sobretudo a cana-de-açúcar, já que esse produto trazia bons lucros por conta da produção de rapadura, principal produto da região, sendo exportado principalmente para Pernambuco criando, assim, importantes laços entre essa capitania/província e o Cariri cearense.

Em 1816, Crato é elevado a Sede de Comarca, a primeira após Fortaleza, destacando-se também como a mais populosa e desenvolvida da região do Cariri. A sua projeção política em relação a outros povoados da região deve-se ao sucesso de suas atividades agrícolas e comerciais desenvolvidas desde o século XVII, bem como das relações que mantinha com os pernambucanos, que possuíam na época os principais portos do Nordeste. Ralph Della Cava (1985), relata a importância dessas relações para o desenvolvimento dos ideais liberais na região do Cariri.

Os laços com Recife foram de importância política crucial durante o primeiro quartel do século XIX. A cidade-porto era o foco de fermentação de movimentos nacionalistas e separatistas cujas ideologias e cujos programas políticos foram introduzidos no Vale do Cariri por muitos cratenses ilustres [...] os líderes políticos da região eram demasiados radicais e, logo, caíram em desgraça com os conservadores que dominavam. Cada vez mais a estrutura de poder altamente centralizada, do império brasileiro recém-independente (DELLA CAVA, 1985, p.28).

No período compreendido entre 1831 e 1848 o liberalismo radical vigorou no Brasil e os líderes revolucionários justificavam suas ações a partir do desejo da implantação do federalismo, da abolição do poder moderador e da nacionalização do comércio. O radicalismo liberal levou ao estabelecimento de muitos conflitos entre as elites regionais e o governo central. É nesse clima de tensão que surgem os partidos Liberal e Conservador que passam a disputar o poder em nível nacional.

Neste cenário de disputa de poder entre liberais e conservadores, o Crato, principal núcleo populacional da região do Cariri, destaca-se na política regional e provincial pela sua participação em importantes revoltas liberais organizadas a partir de Recife como a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador, em 1824.

Segundo J. de Figueiredo Filho(*apud*, ALVES, 2010), nenhuma outra vila do interior do Brasil oferecia melhores condições que o Crato para propagação dos ideais liberais, pois aquela comarca, quer por laços familiares ou comerciais, ou por muitos sacerdotes em atividades no Ceará terem frequentado o Seminário de Olinda, estava afetivamente ligado aPernambuco.

Destarte, o seminarista cratense de raízes pernambucanas José Martiniano de Alencar chegou ao Crato, vindo de Recife, e com a ajuda da mãe, Bárbara Pereira de Alencar e do vigário Miguel Carlos da Silva Saldanha, proclamou ali uma República, em 3 e maio de 1817. No dia 5de maio, desse mesmo ano, seguiu para Jardim, onde residia o seu tio Leonel Alencar, que ocupava o cargo de juiz ordinário e, junto a este e outros revolucionários, hastearam a bandeira proclamando a República também naquela vila. A República em Jardim durou apenas seis dias, sendo duramente reprimida pela maioria monarquista ali residente.

O movimento de 1817 foi o primeiro a destacar o Cariri diante das manifestações liberais que ecoavam no país afora. Com esse movimento pretendia-se:

Arregimentar adeptos para a causa da independência do Brasil e a instauração de uma República. No Crato, em sintonia como o movimento de Recife, Martiniano proclamou a República no dia 3 de Maio, quando após a missa do domingo, vestido de batina e de roquete à cintura, leu o “Manifesto dos Revolucionários de Pernambuco” e deu vivas à pátria(CORTEZ, 2000, p. 34).

Todas as medidas adotadas pelos revolucionários, e os anseios de liberdade que tomaram conta da época, não demoraram muito a serem destruídos pelas tropas antirrevolucionárias das províncias. Os revoltosos foram presos, sendo alguns condenados à morte para que outros não tentassem seguir o mesmo caminho.

Em 1824, o Brasil já havia se separado politicamente de Portugal, mas as reformas pretendidas pelos radicais liberais - a maioria de interesses particulares da burguesia - não foram realizadas. Assim, em dois de julho de 1824, Manuel de Carvalho Paes de Andrade proclamou a República da Confederação do Equador, em Pernambuco. Este movimento chegou ao Ceará e a outros estados nordestinos através dos revolucionários que se encontravam em Pernambuco e se encarregavam de espalhar os ideais republicanos sob a alegação de que havia da parte de D. Pedro I o desejo de recolonização do Brasil.

A vila de Crato, politicamente influenciada pela família Martiniano Alencar, que desde 1817 já lutara pela implantação da República, era excelente *locus* de propagação dos ideais de 1824 para outras vilas e províncias, passando estas a protestar constantemente das atitudes do imperador, provocando tensões e conflitos.

Na então vila de Jardim, de maioria monarquista e antiliberal, as pessoas que abraçaram os ideais revolucionários de 1834- as mesmas que já haviam participado do movimento de 1817²- pagaram por isso com suas próprias vidas. Entre estes estavam os republicanos Leonel Pereira de Alencar, seu filho Raimundo Alencar, o tenente Coronel Bandeira e José Costa Sobrinho. Essas mortes acirraram as rivalidades existentes entre as vilas de Jardim e Crato, enquanto a vingança pelos assassinatos, como era uma tradição, tornara-se uma questão de honra.

A “Sedição de Pinto Madeira”

As rivalidades entre a população de Jardim e a de Crato, segundo o jornalista e historiador João Brígido (2001), são mais antigas que as diferenças político-ideológicas que opuseram monarquistas e republicanos das duas vilas. Pertencendo Jardim à vila de Crato,

² Na vila de Jardim, predominantemente monarquista, os republicanos só encontraram apoio entre os parentes dos Marthiniano de Alencar e pessoas mais próximas a estes.

as elites das duas localidades disputavam constantemente a ocupação de cargos importantes como o de Capitão-Mor do Cariri. Em 1812 esse cargo era ocupado por José Alexandre Correa Arnaud, jardinese, que, após envolver-se em diversos conflitos com os cratenses, viajou à Corte, nesse mesmo ano, no intuito de conseguir a criação da vila de Jardim, desmembrando-a politicamente de Crato. A Solicitação de Arnaud foi aceita e a vila de Jardim fora instituída pelo Alvará Régio de 30 de agosto de 1814, devendo esta abranger uma vasta área territorial antes pertencente à vila de Crato.

Após sua criação por lei, a vila de Jardim demorou quase dois anos para ser inaugurada, o que veio acontecer em três de janeiro de 1816. Com isto, a poderosa vila de Crato viu o seu poderio econômico e político abalado (SANTANA, 2011, p.32). Agora o conflito entre as duas localidades estava latente aguardando qualquer motivação para se manifestar. As razões vieram com revoluções liberais do século XIX em Pernambuco que refletiram sobre o Cariri cearense e opuseram republicanos cratenses aos monarquistas jardineses, culminando com a “Sedição de Pinto Madeira”, em 1832.

J. C. Alencar Araripe ao refletir sobre esse movimento afirma que,

As desavenças e antagonismos entre os povos de Jardim e os de Crato, como se dizia nos documentos da época, vinha de longe. Acentuaram-se nas revoluções de 17 e 24 e no movimento em prol da elevação de Jardim à categoria de vila, separando-a de Crato, a que estava subordinada. Era um choque entre imperialistas ou realistas e republicanos ou liberais (ARARIPE, s/d, p. 3).

Joaquim Pinto Madeira, líder da revolução de 1832, nasceu no então povoado de Barbalha, sul do Ceará, em 1783, foi militar, rico proprietário rural e chefe político na vila de Jardim. Homem de temperamento forte e caráter conservador, Pinto Madeira atuou contra os movimentos rebeldes de 1817 e 1824, que tinham ideais republicanos.

Na condição de militar, Pinto Madeira participou, ativamente, no Cariri, contra as manifestações da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador, em 1824. Segundo Irineu Pinheiro (1963), após a derrota dos revolucionários republicanos cratenses de 1817, pelas forças monarquistas, coube a Pinto Madeira conduzir à prisão, em Fortaleza, os vinte presos políticos, a maioria da família Martiniano Alencar ou seus

agregados. No percurso, consta que esses presos teriam sofrido humilhações da parte de Madeira.

De acordo com esse autor, os Alencar e os demais liberais cratenses nunca perdoaram a ação de Joaquim Pinto Madeira naquelas duas agitadas fases da nossa história. Por outro lado, esse militar, acérrimo inimigo dos republicanos e liberais, quando da abdicação do Imperador dom Pedro I ao trono brasileiro - fato ocorrido em 7 de abril de 1831 - aliou-se ao vigário de Jardim, Padre Antônio Manoel de Sousa, para atacar os republicanos de Crato, com a justificativa de que os liberais brasileiros teriam forçado o Imperador a abdicar. Ledo engano, desmentido posteriormente pela história, afirma Pinheiro (1963).

Na verdade, aconteceram ataques dos dois lados. De acordo com o historiador João Brígido, atrocidades inomináveis foram praticadas tanto por republicanos como por monarquistas: Alguns episódios são ilustrativos:

Quando os republicanos tomaram Jardim, colocaram os prisioneiros dentro de um quadrado, espancaram-nos a cacete até expirarem, arrastando-os pelas pernas e atirando-os dentro da matriz, para serem sepultados. Os realistas por seu turno, ao ocuparem o Crato, esbandalharam tudo e até a matriz foi saqueada. O padre Estevão José de Porciúncula, ex- secretário de Filgueiras, foi cercado na ocasião em que dizia missa em sua matriz e, daí arrancado, sofre morte ignominiosa, sendo seu cadáver castrado e deixado no meio da rua aos insultos de uma cabraçada bêbada. Essas gentes fizeram de Jardim seu receptáculo (BRÍGIDO, *apud* ARARIPE, s/d, p.3).

Essa revolta teve início nos últimos meses do ano de 1831 e se prolongou por vários meses do ano de 1832. É considerada por historiadores um prolongamento das revoluções de 1817 e 1824, no Cariri cearense, e de outros acontecimentos que colocaram de lados opostos as oligarquias agrárias de Jardim e Crato. O estopim da revolta teria sido a anulação das promoções de Joaquim Pinto Madeira a tenente-coronel e a coronel, consideradas irregulares pelo governo regencial. Tais atos teriam sido interpretados por Pinto Madeira como ações dos liberais republicanos, que adquiriram prestígio junto à Regência, daí a razão do ataque a estes por aquele. Para tanto, Madeira conta com o apoio do vigário de Jardim, padre Antônio Manoel de Sousa. Os dois eram filiados à Coluna do Trono e do Altar, sociedade secreta sediada em Recife, fundada em 1828, que, aliada ao Partido Restaurador, tinha por objetivo disseminar a causa regressista no norte do país.

O prestígio de Pinto Madeira no Cariri era sustentado pelo imperador. Com a queda deste a oligarquia cratense mal podia esperar a hora da vingança. Em 7 de abril de 1831, tendo o imperador abdicado do trono, Pinto Madeira perde parte de seu prestígio, passando a ser alvo de várias acusações, entre elas a de ser o principal causador da rivalidade entre cratenses e jardinenses. Mesmo sofrendo represálias, Pinto Madeira e o padre Antônio Manoel de Sousa, continuaram demonstrando seu incondicional apoio à figura do imperador e defendendo o retorno do mesmo ao trono. Já cansados das acusações sofridas e das oposições enfrentadas, Joaquim Pinto Madeira e o padre Antônio Manoel de Sousa, não conseguiram mais conter o ódio contra os cratenses, que cada vez mais estavam próximos de alcançar seu objetivo: a República.

Como se não bastasse aquele clima de revolta, os cratenses acusavam os jardinenses de quererem atacar sua vila e, como forma de defesa, procuraram se preparar para o suposto ataque. Indignados com as acusações, os jardinenses designaram Francisco Xavier de Sousa para comandar uma tropa de dois mil homens que, armados de cacetes, avançaram contra os republicanos cratenses. O próprio Pinto Madeira, mesmo sem se preparar para a guerra, pois não possuía armas de fogo suficientes, assumiu também o comando da campanha. Marcharam em direção à vila de Crato. Esta, tomando conhecimento da pretensa invasão dos jardinenses, avançaram contra eles. As duas tropas se enfrentaram no sítio Buriti, próximo à vila de Barbalha, travando ali mesmo uma sangrenta batalha, na qual Joaquim Pinto Cidade, integrante da tropa cratense foi assassinado. Pinto Madeira seria mais tarde acusado por esse assassinato.

Após essa batalha em que os jardinenses, a maioria camponeses analfabetos, armaram-se de cacetes e obtiveram vitória sobre os cratenses, as tropas de Jardim e Crato invadiram cada uma a vila inimiga, cometendo as atrocidades já citadas acima.

O Padre “Benze Cacetes”

Considero importante ressaltar a participação do padre Antônio Manuel de Sousa na “Sedição de Pinto Madeira”. Para muitos historiadores o religioso teria sido o autor intelectual da revolta. Homem de grande inteligência e de conhecimentos, mas de paixões

violentas, como afirmou João Brígido (2001), é atribuída a ele a autoria dos escritos assinados por Pinto Madeira durante a rebelião. Um deles dirigia-se aos brasileiros conclamando-os a lutarem pela honra da religião católica e do imperador d. Pedro I.

Brasileiros é chegada a hora de nossa regeneração política. Época em que os malvados liberais vão ser punidos de tão horrorosos crimes por eles perpetrados. Brasileiros. Estou em campo; reuni-vos a mim e vamos desafrontar a nossa honra tão manchada por esta vil escória de sevandijas, que com o título de liberais tem feito viva guerra à religião e ao trono do melhor dos soberanos... O senhor D. Pedro I, nosso adorado defensor perpétuo, foi insultado e esbulhado de nosso solo e dentro de nós há de ser vingado por nós. Brasileiros. Às armas... Estou à vossa frente com 3.800 heróis bem armados e municados e jamais retrogradarei meus passos sem que ainda no mais remoto canto do Brasil não se respeite a religião de nossos pais e o Senhor D. Pedro I... Se eu morrer, vingai-me com a conclusão de nossa honra. Viva a Religião Católica Apostólica Romana de Nosso Senhor Jesus Cristo. Viva nosso adorado Imperador o Senhor D. Pedro I e sua augusta dinastia. Viva os bons fiéis brasileiros em geral e, em particular, os grandes habitantes de Jardim (*apud* SANTANA, 2011, p. 61).

Além de ser o “estrategista” do movimento de 1832, o padre Antonio Manoel de Souza participou ativamente dos conflitos ocorridos durante a rebelião, chegando algumas vezes a comandar uma tropa, enquanto Pinto Madeira comandava outra.

Utilizando-se de seu poder de persuasão, quer pelos seus dotes oratórios, quer pelo fanatismo que difundia em meio aos seus fiéis, Antonio Manoel de Sousa conseguiu um verdadeiro exercito de “cabras” para lutar ao lado de Pinto Madeira. A grande maioria sem nenhuma instrução constituía fácil massa de manipulação: eram homens tementes a Deus e fiéis ao seu coronel(SANTANA, 2011, p. 67).

Entretanto, a participação mais curiosa do padre na Revolta de 1832, deveu-se ao fato do mesmo ter armado seus correligionários com cacetes de madeira que a ele eram conduzidos para benzê-los. Dada a grande quantidade de cacetes que se pronunciava para receber a bênção, utilizou-se da ágil prática de escolher uma mata inteira de onde seria retirada a madeira para a confecção dos cacetes e pronunciou a sua bênção sobre a mata inteira. Em decorrência deste fato, passou a ser chamado de Padre “Benze Cacetes”.

Padre Manoel Antonio de Sousa e Pinto Madeira conseguiram importantes vitórias na luta contra os liberais republicanos de Crato, representados pela família Martiniano de Alencar, e avançaram para outras regiões do Ceará no intuito de combater os inimigos da Religião Católica e do Imperador dom Pedro I. Tantas vitórias fizeram com que o Conselho

de Governo pusesse a prêmio a cabeça desses revolucionários e levassem o próprio presidente do Ceará a comandar pessoalmente as forças provinciais na captura dos dois chefes rebeldes. A partir desse momento iniciou-se uma série de derrotas que culminaria com a rendição de Pinto Madeira e do padre Antonio Manoel de Sousa e que poria fim à rebelião.

O fim da rebelião e o julgamento de Pinto Madeira

Na luta contra os revoltosos o exército legalista enfrentou muitas deserções. Alguns soldados, cansados da luta e com seus salários em atraso, passaram para o lado dos rebeldes. Fato que levou à intensificação da perseguição aos rebeldes e, em 26 de julho de 1832, os legalistas venceram importante batalha na vila de Missão velha, que há tempo havia sido tomada pelos rebeldes pintista. No entanto, os legalistas, não encontraram naquela localidade o chefe dos rebeldes.

Preocupada com o prolongamento da rebelião, a Regência enviou ao Ceará o general Pedro Labut, que deveria assumir o comando geral das forças legais e solucionar definitivamente o problema da rebelião. Chegando ao Cariri, o general Labut percebeu que a sua missão não seria mais de lutar e sim apaziguar. Sua experiência lhe dizia que aquela rebelião já chegara ao fim. Assim, fez de uma propriedade de Pinto Madeira, em Barbalha, seu quartel e convocou todos os rebeldes para que, no prazo de um mês, entregassem suas armas.

Ao tomar conhecimento do ultimato, Pinto Madeira enviou uma carta ao general propondo se render sob a condição da garantia da sua vida, da vida do padre Antonio Manoel de Souza e dos demais rebeldes. Exigia, ainda, que o seu julgamento e o do padre acontecessem no Rio de Janeiro, diante da própria Regência. O general prometeu a garantia das exigências conseguindo, assim, por fim à rebelião, em outubro de 1832.

No entanto, as garantias dadas por Labut não foram cumpridas. Segundo Figueiredo Filho (1966) não por traição daquele militar, mas porque cessada aquela campanha e entregues os presos à justiça comum, a autoridade militar do general também cessara.

Os presos foram enviados ao Recife para de lá serem levados para o Rio de Janeiro, juntamente com uma carta enviada por Labut ao Ministro da Guerra apresentando os prisioneiros.

Estando em Recife, os prisioneiros em vez de serem enviados ao Rio de Janeiro, foram remetidos à capital do Ceará a pedido de José Mariano de Albuquerque, então presidente dessa província. Ao chegarem ao Ceará em agosto de 1833, o presidente da província, sob a alegação de que ali não havia segurança para presos de tamanha periculosidade, enviou os dois líderes rebeldes para o Maranhão de onde só deveriam voltar apenas para serem julgados.

Em outubro de 1834, José Martiniano de Alencar, líder dos republicanos cratenses e arqui-inimigo de Joaquim Pinto Madeira, assume a presidência da província do Ceará. O destino parecia conspirar contra Pinto Madeira, pois, no dia quinze desse mesmo mês, ele chegou à Fortaleza, vindo do Maranhão onde deixara seu companheiro de luta, padre Antonio Manoel de Souza, que lá permanecerá por se encontrar enfermo no dia em que deveria partir.

Após rápida permanência em Fortaleza, Joaquim Pinto Madeira fora logo enviado à vila de Crato onde deveria ser julgado. Na ocasião, José Martiniano de Alencar, na condição de presidente da província cearense, enviou correspondência ao promotor de Crato falando da importância política daquele réu- Pinto Madeira- e pedindo urgência no seu julgamento.

Relatam os historiadores desses fatos que aquele momento parecia propício para que os inimigos de Pinto Madeira fizessem daquele julgamento a sua vingança pessoal. “Contam que ao passar em Icó, o Tenente João da Rocha Moreira, ao conversar com o tabelião local, referindo-se a Pinto Madeira disse: - Já está fedendo a cadáver” (FIGUEIREDO FILHO, 1966, p.40).

A chegada de Pinto Madeira à vila de Crato aconteceu em 26 de novembro de 1834, tendo este comparecido naquele mesmo dia ao Tribunal de Júri, presidido pelo juiz leigo José Vitoriano Maciel, sendo que “todo o júri foi composto, a exemplo do juiz, por inimigos declarados do réu” (SANTANA, 2011, p.71).

Logicamente, todos esperavam que Pinto Madeira fosse julgado pelo crime de rebelião por ter liderado os revoltosos de 1832 na luta contra os liberais republicanos de

Crato. Mas não foi o que aconteceu. Surpreendentemente, ele foi acusado de crime de morte pelo assassinato de Joaquim Pinto Cidade, ocorrido em dezembro de 1831, na Batalha do Buriti. O promotor teria acusado o réu de ser a pessoa que ordenou a execução daquele crime. Na acusação teria o promotor assim encerrado suas palavras: “O réu, é um homem mau, péssimo, sem religião, já afeito a matar... deve ser afastado da sociedade como ente pernicioso”(FIGUEIREDO FILHO, 1966, p.40).

Na sua defesa o réu teria assumido a rebeldia, identificando-se como o líder dos revoltosos de 1832, mas negou a autoria daquele crime pelo qual estava sendo acusado. Afirmou, na ocasião, que ao alcançar a tropa comandada por Francisco Xavier de Mattos, Pinto Cidade já havia sido morto.

Muitos trabalhos já foram escritos sobre a atuação de Pinto Madeira no movimento revolucionário de 1832. Alguns colocam-no na condição de herói, outros de vilão, e ainda outros, em nenhuma das condições. No entanto, no tocante ao seu julgamento, os autores desses trabalhos deixam sempre transparecer um certo estranhamento em relação à forma como os fatos aconteceram. Ressalto, por exemplo, o procedimento adotado pelas autoridades na arrolagem e tomada de depoimento das testemunhas.

Trinta testemunhas foram arroladas pela acusação. Ouvidas, vinte afirmaram saber do fato apenas por ouvir dizer; três afirmaram nada saber; duas afirmaram ouvir os tiros que mataram a vítima; três disseram que foi morto pela tropa de Pinto Madeira; uma assegurou conhecer o caso por ser de domínio público e apenas uma presenciou o comandante da vanguarda e seus soldados atirarem na vítima depois do mesmo ter estado com Pinto Madeira(SANTANA, 2011, p.71).

Segundo Figueiredo Filho(1966), compareceram ao júri apenas três testemunhas de defesa, sendo que o juiz não permitiu a transcrição dos depoimentos de duas, e o da terceira fora completamente modificado.

Diante do exposto, não é surpresa afirmar que o juiz decidiu pela condenação de Pinto Madeira. Ao ouvir a sentença o réu teria dito: - “Apelo. O juiz replicou-lhe com arrebatamento: - Não tem apelo nem agravo, senhor coronel, prepare-se para morrer”(FIGUEIREDO FILHO, 1966, p.41).

Na manhã de 28 de novembro de 1834, menos de quarenta e oito horas após seu julgamento, Pinto Madeira fora levado para seu calvário, no Alto do Barro Vermelho, subúrbio da vila de Crato - hoje bairro Pinto Madeira. Durante o percurso fúnebre do qual faziam parte o carrasco, dois guardas, algumas autoridades e dois padres chamados “confessores da agonia”, o condenado teria pedido a estes que conseguissem com as autoridades presentes a permutação de sua pena por enforcamento para fuzilamento em atenção à função militar que exercera (SANTANA, 2011). Depois de muita discussão o pedido de Pinto Madeira foi concedido.

Quanto ao companheiro de luta de Joaquim Pinto Madeira, o padre Antonio Manuel de Sousa, conhecido historicamente por “padre Benze Cacetes” por benzer os cacetes dos revolucionários antes das batalhas, este fora posteriormente julgado e absolvido da condenação. O religioso morreu cego, em 5 de setembro de 1857, na vila da Jardim.

Considerações finais

As ideias liberais vindas da Europa serviram de base ideológica para a organização dos movimentos separatistas do Brasil. Esses movimentos almejavam, além da independência política de Portugal, a implantação de uma República liberal no Brasil, razão pela qual eles não cessaram após a independência de 1822.

Os ideais liberais tiveram lugar de destaque em Pernambuco onde organizaram-se movimentos importantes como a revolução de 1817 e a Confederação do Equador, de 1824. De lá esses movimentos estenderam-se para outras regiões como, por exemplo, o Cariri cearense, onde a bandeira do republicanismo foi hasteada nas vilas de Crato e Jardim, provocando sérios conflitos entre os republicanos e liberais e os defensores da manutenção do regime monárquico.

A consequência mais séria do movimento republicano no Cariri foi a “Sedição de Pinto Madeira”, ocorrida de 1832. Esse movimento teve como principais líderes o monarquista Joaquim Pinto Madeira e o padre Antônio Manoel de Souza, responsáveis por colocarem no campo de batalha milhares de camponeses analfabetos armados com cacetes bentos, sem saberem ao certo por qual causa estavam lutando: se a política ou a religiosa.

O movimento teve desfechos diferentes para os dois líderes. Enquanto Joaquim Pinto Madeira teve seu julgamento transformado em uma “vingança de seus inimigos”, como relatam muitos historiadores, o padre Antonio Manoel de Souza, considerado o mentor intelectual do movimento, foi absolvido do crime de rebeldia, vindo a falecer de morte natural anos depois.

Apesar das pretensões dos liberais republicanos, as estruturas sociais, políticas e econômicas do Cariri cearense permaneceram basicamente as mesmas. Enquanto a República tão sonhada pelos liberais só viria 72 após a Revolução de 1817 e 65 após a Confederação do Equador, mesmo assim sem a participação dos seus principais defensores: os republicanos históricos.

Referências bibliográficas

ALVES, Maria Danieli. **Desejo de civilização: representações liberais no Jornal O Araripe- 1855- 1864**. Dissertação de mestrado. Fortaleza: UECE, 2010.

ARARIPE, J.C. Alencar. **Jardim, evocações históricas e suaves lembranças**. S/d. Texto disponível no site: http://www.institutodoceara.org.br/asp/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=2667. Acessado em 26/12/2012.

BRÍGIDO, João. **Ceará, Homens e Fatos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da cidade e da cultura: Crato (1889-1960)**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

DELLA CAVA, Raph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1985.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. **História do Cariri**. Crato: Faculdade de Filosofia, 1966.

PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

SANTANA, Nélcia Turbano. **Pinto Madeira, nem herói nem vilão**. Jardim: Gráfica Editora Royal, 2011.

SANTOS, Hélio Jorge dos. **A CIVILIZAÇÃO DA RAPADURA: história e memória dos engenhos de rapadura de Jardim/CE**. Monografia. FIP, Patos/PB: 2008.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL